

Sociedade da Informação e do Conhecimento: desafios teóricos e empíricos

Sarita Albagli*

Resumo Apresentam-se e discutem-se alguns aspectos-chave na compreensão das mudanças relacionadas à emergência da Sociedade da Informação e do Conhecimento, com base em perspectivas e abordagens de diferentes campos do conhecimento – antropologia, economia da inovação, geografia política e direito.

Palavras-chave Sociedade da Informação; Sociedade do Conhecimento; epistemologia; propriedade intelectual; economia da informação e do conhecimento

Information and Knowledge Society: theoretical and empirical challenges

Abstract This paper presents and discusses some key issues to understand the changes related to the emergence of Information and Knowledge Society, considering perspectives and approaches from different fields of knowledge – such as Anthropology, Innovation Economy, Political Geography and Law.

Keywords Information Society; Knowledge Society; epistemology; intellectual property; information and knowledge economy

Introdução

Nas últimas décadas, transformaram-se substancialmente as formas de produzir e de distribuir bens materiais e imateriais. Destaca-se particularmente o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias e inovações relacionadas, em especial as tecnologias da informação e comunicação (TIC), que irão conferir novo estatuto à informação e ao conhecimento como fatores de competitividade, hegemonia geopolítica e desenvolvimento socioeconômico.

Autores de diferentes formações têm realizado esforços no sentido de desenvolver um arcabouço teórico-conceitual que permita melhor compreender o significado e a real extensão dessas transformações.

Este artigo sistematiza e discute algumas questões que têm estado sob o foco desse debate, sob três grandes conjuntos de abordagens:¹

*Socióloga, Doutora em Ciências (Geografia). Pesquisadora do Ibiict e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

- A necessidade de um novo instrumental epistemológico e metodológico para lidar com a nova realidade e as implicações para políticas;
- A contradição entre o movimento de difusão e o de privatização do conhecimento;
- A renovação das práticas sociais ante o novo papel do espaço virtual e do território.

Epistemologia e política

Sob o olhar antropológico, Gustavo Lins Ribeiro (2006) observa que profundas reconfigurações estão ocorrendo: aumento da fragmentação das identidades, da aceleração da compressão espaço-tempo (HARVEY, 1993) e da volatilidade. O aumento da imaterialidade e da sua importância corresponderia também ao aumento do espaço virtual. O ciberespaço permite a ubiquidade, ele redefine a capacidade de re-estruturação dos conteúdos que existem nos espaços sociais, mesmo que apenas potencialmente.

O autor salienta que o avanço tecnológico gera uma tensão entre continuidade e descontinuidade, entre utopias e distopias, ou mais especificamente entre “tecnotopia” e “tecnofobia”, assinalando que essa tensão deve ser resolvida na esfera da política. O autor questiona: “Estamos diante de um novo sujeito (em sua interface com a tecnologia), de uma nova sociedade, de uma nova cultura?”. Ao mesmo tempo sinaliza que, em certa medida, a presença dessas tecnologias já está relativamente “rotinizada” entre nós (LINS RIBEIRO, 2006).

Partindo da perspectiva da economia da inovação, Helena Lastres (2006) ressalta a ausência de instrumentos teórico-conceituais que permitam melhor compreender as mudanças relacionadas à passagem de uma economia de base industrial ou fordista para uma economia baseada em intangíveis – informação, conhecimento -, seja pela “invisibilidade” dos elementos essenciais ao novo padrão de acumulação, seja pelo fato de que muitos ainda não reconhecem que os referenciais teórico-conceituais e metodológicos atuais não dão conta das profundas mudanças em curso.

Para Lastres, a dificuldade em lidar com essa nova realidade já se expressava no tratamento do grande conjunto de atividades classificadas como “serviços”, consideradas na teoria econômica como improdutivas.

Um aspecto correlato a essa incompreensão do real significado das transformações atuais se expressa na discussão sobre Sociedade e Economia da Informação e do Conhecimento, que tende a colocar o foco apenas nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), bem como em bens, produtos e serviços correlatos. Argumenta-se que o termo Sociedade da Informação denota um conjunto de transformações que não se restringe ao consumo de computadores ou de infra-estrutura para sua difusão, mas é algo muito mais amplo. Ao privilegiar o consumo e a difusão das TICs, minimizam-se outros fatores tanto econômicos, como políticos e sociais,

¹O artigo baseia-se particularmente nas formulações apresentadas oralmente sobre esse tema por Maria Nélida González de Gómez, Bertha Becker, Helena Lastres, Carlos Afonso Pereira de Souza e Gustavo Lins Ribeiro, no Seminário Internacional “Desenvolvimento em questão: que Sociedade da Informação e do Conhecimento?”, realizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc), em agosto de 2006. Os textos que resultaram do Seminário estão sendo publicados no livro: MACIEL, M.M.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Ibict (no prelo).

passando a idéia do caráter necessariamente positivo e da inexorabilidade da difusão e uso das TICs.

Sob a ótica da Ciência da Informação, Maria Nélide González de Gómez (2006), ressalta que as transformações em curso se expressam na mudança do “regime de informação”, entendido como

o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. Um “regime de informação” se desdobra, logo, em um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002; 2003).

Para a autora, nos últimos 50 anos, estaríamos vivendo a passagem de um regime de informação “estado-cêntrico”, focado no conhecimento de caráter público e enquadrado em um sistema de legitimação e em políticas de grande alcance, para um regime centrado no mercado, onde o princípio regente passou a ser o da eficácia e da referência a objetivos corporativos e um conhecimento de tipo corporativo.

Essas mudanças alteram as próprias bases gnosiológicas do que se entende por informação, definida, na linha de Wersig (1985), como *ações de informação*, as quais remetem a atores que são seus agentes, a contextos e situações em que ocorrem e a regimes de informação em que estão inscritas.

Gonzalez de Gómez (2006) salienta as implicações desse debate do ponto de vista das políticas de informação. Argumenta que as noções de Economia da Informação e de Sociedade da Informação ganham projeção e assumem uma dimensão institucional de modo associado ao aumento da convergência tecnológica e econômica no campo das tecnologias da informação e comunicação autora. Nesse contexto, as políticas de informação, antes estruturadas dentro de uma perspectiva sistêmico-funcional, passaram a adquirir transversalidade, permeando diferentes áreas e domínios.

Difusão e proteção

Um outro aspecto muito salientado, nesse debate, é o da clara distinção que deve ser feita entre acesso à informação, acesso à tecnologia e acesso a conhecimento. O acesso a tecnologias tem dominado a agenda política sob o lema da “inclusão digital”, mas é preciso questionar até que ponto o acesso a equipamentos de informática viabiliza maior acesso a informações e conhecimentos (LASTRES, 2006).

Ressalta-se ainda que as novas TIC não são capazes de prover um universo transparente de informação, persistindo limites à interatividade e à comunicabilidade (LINS RIBEIRO, 2006).

Liinc em Revista, v.3, n.1, março 2007, Rio de Janeiro, p. 9-15 <http://www.ibict.br/liinc>

Do mesmo modo, as redes propiciadas com os novos artefatos telemáticos não implicam a ausência de hierarquia, não significam a horizontalidade das relações e interlocuções. Nelas se estabelecem novas hierarquias sociais, uma nova dinâmica de centralização e descentralização (LINS RIBEIRO, 2006). Cabe ainda reconhecer que redes de informação e redes de conhecimento são conceitos e realidades muito distintas, sendo estas últimas mais seletivas, controladas e hierarquizadas (BECKER, 2006).

Uma outra dimensão dessa questão refere-se às novas institucionalidades, especialmente pelos mecanismos de proteção da propriedade intelectual que acarretam em crescente privatização do conhecimento. Alerta-se que, ao final, esse processo dificulta a geração coletiva do conhecimento que é essencial a seu dinamismo (LASTRES, 2006).

O tema da propriedade intelectual e dos direitos autorais é abordado particularmente por Carlos Afonso Pereira de Souza (2006), que discute sua relação com a ampliação e a universalização do acesso aos conteúdos inseridos nas redes de telecomunicações, particularmente na Internet. Parte do questionamento sobre até que ponto esses instrumentos constituem um incentivo à maior produção de conteúdos nessas redes ou se, ao contrário, são um obstáculo à nova criação ou ao acesso a obras autorais.

Ressalta que a restrição de acesso ao conhecimento não é tecnológica nem econômica, mas uma restrição jurídica – a forma que o Direito “escolheu” para proteger as obras autorais, o Direito desempenhando o papel de restringir o acesso ao conhecimento e à cultura.

Prevalece o viés e o discurso de que o Direito deve proteger os conteúdos, tutelar, evitar danos e infrações geradas por terceiros que utilizam o conteúdo sem autorização do autor. Desse modo, o Direito estimula, incentiva o autor a continuar a criar, por meio do estabelecimento de um privilégio, de uma exclusividade. A obra é de titularidade do autor e ele pode com exclusividade decidir o que fazer com ela. Pereira de Souza (2006) considera, no entanto, que a propriedade intelectual pode ser pensada em outra perspectiva e que é preciso perceber quais os interesses que têm motivado o seu recrudescimento.

Atenta para as diferenças entre o regime de direito autoral, onde se incluem livros, músicas e filmes, e o da propriedade intelectual, em que se incluem patentes de invenção e marcas. Quando se cria uma obra, o registro de direito autoral é facultativo, enquanto que, nas criações sujeitas ao regime de propriedade industrial, o registro é obrigatório. A segunda diferença é sobre o alcance da proteção. O direito autoral não protege a idéia, ela é livre, não é passível de ser tutelada como sendo de senhorio de alguém. O que o direito autoral protege é a forma de expressão, a forma como ela se concretiza. Mas no sistema de patentes, se protege tanto a idéia, quanto a forma de concretização. Ou seja, na área da cultura, a idéia não é protegida, mas na área da indústria sim, temos donos de idéias no campo comercial. Pereira de Souza alerta que isto adquire um sentido muito patrimonialista, embora a proteção de patentes seja em média de 25 anos, enquanto que a do direito autoral dura cerca de 70 anos depois da morte do autor.

Em princípio, esses instrumentos jurídicos de proteção do “intangível” visariam incentivar o autor a continuar a criar. Mas Pereira de Souza (2006) critica a lei de direitos autorais no Brasil (Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) pelas ambigüidades e inconsistências em restringir ou difundir o acesso; a lei não deixa claro em que circunstâncias e em que medida é possível reproduzir uma obra, sem pedir autorização. De um lado, oferece a garantia do incentivo ao autor e de outro lado a garantia de que a sociedade pode criar algo a partir de uma obra existente com alguma liberdade.

Além do mais, a lei brasileira de direitos autorais utiliza o termo “remunerar”, o que implica pagamento em dinheiro. O autor assinala que o direito autoral não existe para necessariamente

remunerar pecuniariamente, ele existe para incentivar. Sem dúvida, o pagamento em dinheiro é o maior incentivo, mas o mais adequado seria usar a palavra incentivar e não remunerar. Há ainda o interesse de terceiros, da sociedade, de ter acesso a um bem intelectual (livro, filme, música).

No caso específico do software, o autor ressalta que, em toda a América do Sul, o software é protegido por direito autoral, enquanto que, na Europa, há hoje uma tendência de migrar o software para a propriedade industrial, o que levaria a proteger idéias no campo da informática. Coloca então a questão: “Imagine você a patente do negrito, itálico, do processador de texto...”. E finaliza: “As boas notícias são que a colaboração na Internet ganha mais espaço.” (PEREIRA DE SOUZA, 2006).

Virtual e territorial

As relações entre espaço virtual e território estão também na agenda de debate e pesquisa, com implicações para o campo da política.

Aponta-se, de um lado, para o alargamento do espaço público virtual, especialmente com a projeção de agentes políticos desterritorializados e que atuam no nível global (Lins Ribeiro).

Sob a perspectiva da geografia, Bertha Becker (2006) assinala que novos atores tornam-se portadores e mobilizadores de novos circuitos cognitivos e informacionais no território. E procuram fazer uso desses circuitos para influir nos processos de tomada de decisão. Ressalta, no entanto, que as organizações da sociedade civil ainda se mostram fragilizadas para fazer uso desses circuitos em sua ação e afirmação social.

A autora assinala que a diferenciação dos territórios remete à diferenciação de suas práticas sociais e de suas bases e práticas de conhecimento e de informação. E é a partir das bases específicas de informação e conhecimento de cada território que as estratégias de ação e de desenvolvimento têm que ser pensadas e implementadas. Assim renova-se o papel do território como espaço de interação, de aprendizagem social e de inovação em sentido amplo, não só tecnológica, mas também social. Não é por acaso que centra sua análise na Amazônia, por sua característica de fronteira, entendida como espaço não estruturado, gerador de novas realidades, novos processos e inovações sociais.

Considerações finais

O encontro e o diálogo entre diferentes visões sobre o que está hoje colocado na agenda de pesquisa sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento revelam alguns pontos de congruência, ainda que sob perspectivas distintas. Em síntese:

1. Em primeiro lugar, a necessidade de reconhecer que mudanças substantivas estão em curso e que, ainda que elas não representem uma total ruptura relativamente a padrões anteriores, impõe-se desenvolver um instrumental que consiga lidar com o novo papel do imaterial e do intangível.
2. Essa discussão, nos campos epistemológico e metodológico, guarda importantes interfaces com o campo do político, ou seja, tem implicações sobre as políticas e estratégias que buscam

ampliar a participação de países, regiões, organizações e indivíduos na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

3. É preciso considerar as dimensões tecnológica, social, econômica e institucional e suas mútuas imbricações, ao se buscar compreender os vetores contraditórios da difusão e da produção coletiva de conhecimentos, propiciada pelas novas TIC, e da privatização institucionalizada e acentuada por instrumentos jurídicos cada vez mais rigorosos de proteção da propriedade intelectual. Cabe avaliar as implicações desse duplo movimento, a médio e a longo prazos, do ponto de vista do avanço do conhecimento, de sua apropriação social e da dinâmica de inovação e desenvolvimento.

4. A ampliação dos espaços de interação virtual abre novas perspectivas de intervenção e organização dos atores sociais, mas a interação no território é ainda estratégica do ponto de vista da geração de conhecimentos e inovações.

Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 33.3, 15 06 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=638>>. Acesso em: 19 04 2007.

BECKER, B. K.. Ciência, tecnologia e informação para o conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. *Parcerias estratégicas*. Brasília, v. 20, n. 2, p. 621-652, 2005.

BECKER, B.K. *Informação, conhecimento e inovação*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict)

GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. jan. 2002, vol.31, no.1, p.27-40

GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. “As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação”. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMES, M.N. *Informação, conhecimento e inovação*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict)

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H.M.M. *Informação, conhecimento e inovação*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da Liinc em Revista, v.3, n.1, março 2007, Rio de Janeiro, p. 9-15 <http://www.ibict.br/liinc>

informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict).

LINS RIBEIRO, G. *Síntese da mesa redonda “Cultura, Identidade e Política na Era da Informação”*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict).

PEREIRA DE SOUZA, C.E. *América Latina e os desafios da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict).

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of. “information action”. *Social Science Information Studies*, v.5, p.11-23, 1985.